



FLS

NÚMERO
01-P-11048/2017

RUBRICA

Processo nº	01-P-11048/2017
Assunto:	Contratação de empresa para o fornecimento e instalação de Elevador no LIB – Laboratório de Inovação em Biocombustíveis da INOVA – Agência de Inovação da UNICAMP
Ref.:	Análise de Impugnação ao Edital. Proposta de indeferimento.

SENHORA RESPONSÁVEL,

Trata-se de **IMPUGNAÇÃO** apresentada tempestivamente pela empresa **BASIC ELEVADORES LTDA**¹ aos termos do Edital do Pregão Eletrônico DGA nº 867/2017, destinado a selecionar a proposta mais vantajosa para a Contratação de empresa para o fornecimento e instalação de Elevador no LIB – Laboratório de Inovação em Biocombustíveis da INOVA – Agência de Inovação da UNICAMP.

Segundo a impugnante, a Administração deixou de observar a necessidade das licitantes comprovarem aptidão técnica para desempenho das atividades ora licitadas, quais sejam: projeto, fabricação, montagem, instalação e manutenção de pelo menos 01 (um) elevador elétrico. A desobrigação de apresentação de atestado de capacidade técnica devidamente registrado/acervado junto ao CREA poderá acarretar enorme prejuízo à contratante, pois esta estaria “obrigada” a contratar qualquer empresa do segmento, sem demonstração de aptidão técnica para desempenhar/executar a atividade pertinente e compatível em características, quantidade e prazos com o objeto da licitação. Tal acréscimo às exigências de habilitação seria de suma importância, não só para resguardar a Universidade de uma boa contratação, mas também para afastar do certame as empresas que se encontram irregulares no mercado.

Por fim, requer a alteração do instrumento convocatório, de modo a ser prevista a exigência de apresentação de atestados de capacidade técnica devidamente registrados junto ao CREA.

É o necessário. Opino.

Inicialmente, cabe transcrever o solicitado na letra "a" do subitem 3.11 do Edital²:

3.11. O Registro Cadastral Simplificado – RCS não substitui a documentação abaixo indicada, a qual deverá ser apresentada pelo autor da oferta de melhor preço, mediante solicitação do Pregoeiro, nos termos do subitem 5.19:

a) registro de pessoa jurídica expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU;

Consultada a área técnica³, esta informou que o escopo da contratação são serviços de engenharia e foi solicitado o registro de pessoa jurídica expedida pelo Conselho Regional de

¹ Fls. nº 249 e 250

² Fl. nº 172

³ Fl. nº 266



FLS

NÚMERO
01-P-11048/2017

RUBRICA

Engenharia e Agronomia – **CREA** ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – **CAU**, sendo necessário profissional legalmente habilitado como responsável técnico pelos serviços executados. Considerando que se trata de serviços padronizados, sem grandes variações de metodologia e que empresas de engenharia e construção do mercado as executam de forma similar sem dificuldades, não há, tecnicamente, necessidade de solicitar atestado para parcelas de serviços relevantes.

Cumpra esclarecer que o Edital foi elaborado levando-se em consideração as informações contidas nos subsídios técnicos⁴, com a previsão de emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT pela empresa contratada, conforme subcláusula 7.4.1 do instrumento contratual⁵, além das demais exigências que são indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações contratuais, a fim de se resguardar o interesse público.

Ressalta-se que o artigo 30 da Lei 8.666/93 tem a função de disciplinar a matéria da qualificação técnica, reduzindo a margem de liberdade da Administração Pública nesse campo e limitando as exigências relativas à qualificação técnica para evitar excessos, sem criar a obrigatoriedade de se solicitar todos os documentos ali elencados, que deverão ser exigidos pela área técnica responsável quando o objeto assim o determinar.

Sendo assim, submeto ao conhecimento de V. Sa. para ciência e conhecimento da **IMPUGNAÇÃO** apresentada pela empresa **BASIC ELEVADORES LTDA**, quanto a sua essência e tempestividade, mas, no mérito, indeferi-la, se de acordo, pelos motivos explanados.

Licitações, 14 de novembro de 2017.

Indefiro a presente impugnação conforme proposto.

⁴ Fl. nº 91 a 95

⁵ Fl. nº 228/verso



Comunicados

sua conta

Procedimentos

Sanções

Catálogo

Relatórios

Sair

15:27:41



Número da OC 102201100592017OC00755 - Itens negociados pelo valor
total
Situação AGUARDANDO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS

Ente federativo GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
UC SEC.DESENV. ECONOMICO, CIENCIA,TECN. INOVACA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Fase Preparatória Edital e Anexos Pregão Gestão de Prazos Atos Decisórios

37087590871 Vania Aparecida Oliveira

[Voltar](#)

Impugnação

BASIC ELEVADORES LTDA

19/10/2017 15:11:47

BASIC ELEVADORES LTDA

À

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

PREGÃO ELETRÔNICO DGA Nº 867/2017

OFERTA DE COMPRA BEC/SP 102201100592017OC00755

PROCESSO Nº 01-P-11048/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ELEVADOR NO LIB – LABORATÓRIO DE INOVAÇÃO EM BIOCOMBUSTÍVEIS DA INOVA – AGÊNCIA DE INOVAÇÃO DA UNICAMP

BASIC ELEVADORES LTDA, sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ sob o nº 02.254.737/0001-66, sediada na Rua Lício de Miranda, 796, Vila Carioca, São Paulo/SP - CEP 04225-030, por seu representante legal infra-assinado, na qualidade de licitante interessada em participar do Pregão Eletrônico em epígrafe, vem respeitosamente à presença de Vossas Senhorias apresentar sua IMPUGNAÇÃO AO EDITAL o que faz tempestivamente, com fulcro no artigo 41 e parágrafos, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, calcado no relevantes motivos de fato e meridianas razões de direito a seguir aduzidas.

DO MÉRITO - DA NECESSIDADE DE SE EXIGIR A APRESENTAÇÃO DE ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA DEVIDAMENTE REGISTRADOS JUNTO AO CREA.

Observa-se que o item 3.1 do instrumento convocatório faculta a participação na presente licitação de empresas que militem no ramo pertinente ao objeto ("em atividade econômica compatível com o objeto da licitação"), vale dizer, empresas fabricantes e atuante no segmento do transporte vertical.

Por seu turno, o Item 3.11 do edital, elenca as condições para habilitação técnica, mencionando sabiamente, a necessidade das licitantes comprovarem, in verbis:

3.11. O Registro Cadastral Simplificado – RCS não substitui a documentação abaixo indicada, a qual deverá ser apresentada pelo autor da oferta de melhor preço, mediante solicitação do Pregoeiro, nos termos do subitem 5.19:

a) registro de pessoa jurídica expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU;

b) certidão negativa de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

Inobstante a assertividade do rol acima transcrito, in casu, verifica-se que esta D. Administração deixou de consignar a necessidade dos licitantes comprovarem aptidão técnica para desempenho das atividades ora licitadas, quais sejam: projeto, fabricação, montagem, instalação e manutenção de pelo menos 01 (um) elevador elétrico, com características técnicas pertinentes e compatíveis àquelas descritas no Memorial Descritivo nº 012/2017 – R02.

Deveras, não se verifica no edital publicado exigência quanto à apresentação de pelo menos 01 atestado de capacidade técnica devidamente registrado/acervado junto ao CREA da jurisdição onde o(s) licitante(s) tenha(m) executado a respectiva obra, o que salvo engano, poderá acarretar enorme prejuízo a esta Administração, que, sem tal exigência, estaria 'obrigada' a contratar qualquer empresa do segmento, sem obrigatoriedade da mesma demonstrar aptidão técnica para desempenhar/executar a atividade pertinente e compatível em características, quantidade e prazos com o objeto da licitação.

Ressalta-se a importância na solicitação do documento supracitado, como requisito de habilitação, pois somente as empresas tecnicamente qualificadas e, em dia com todas suas obrigações consoante as Normas Técnicas e legislação específica vigente, é que possuirão tal documento, logo, é uma forma de afastar do certame as empresas irregulares e incompatíveis com a necessária segurança e satisfação dos usuários dos elevadores e desta D. Administração.

Por oportuno, insta consignar que referida exigência encontra guarida na Lei Federal 8.666/93, senão vejamos:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

(...)

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

(...)

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;

(grifei)

Outrossim, nos termos do disposto no §2º do artigo em testilha, esta Licitante roga vênias a fim de indicar quais são as parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo que deverão compor os atestados de capacidade técnica a ser apresentados pelos licitantes:

- projeto, fabricação, montagem, instalação e manutenção de 01 (um) elevador elétrico sem casa de máquinas, com capacidade de carga de 600 Kg e com 03 paradas.

Assim sendo, deve ser exigido que as licitantes apresentem Atestado de Capacidade Técnica, a fim de comprovar capacidade para a execução dos serviços licitados de acordo com objeto semelhante em quantidades e prazos, sendo os mesmos devidamente registrados no CREA, a fim de comprovar que aquele Conselho homologou a comprovação da experiência anterior da Licitante, portanto, basta que se complemente a acertada exigência editalícia.

Tal acréscimo às exigências é de suma importância, não só para resguardar esta Universidade de uma boa contratação, mas também para afastar do certame as empresas que encontram-se irregulares no mercado.

DO PEDIDO

Diante de todo o exposto, dada a razoabilidade dos questionamentos e com vistas a satisfação dos princípios norteadores da atividade administrativa e do próprio procedimento licitatório, requer e espera que os Nobres Julgadores, com todo o saber jurídico, PRELIMINARMENTE RECEBAM E CONHEÇAM DA PRESENTE IMPUGNAÇÃO, para ao final seja-lhe dado INTEGRAL PROVIMENTO, com o escopo de retificar os termos do instrumento convocatório para o fim de se incluir a exigência de apresentação de atestados de capacidade técnica devidamente registrados junto ao CREA, pois assim agindo estarão Vossas Senhorias convictos de estarem patrocinando a legítima e irretorquível JUSTIÇA!

Termos em que,

Pede deferimento.

São Paulo, 19 de outubro de 2017.

BASIC ELEVADORES LTDA

CNPJ nº 02.254.737/0001-66